

NOTÍCIAS DE ARQUIVO

NO RASTRO DE MEMÓRIAS SILENCIADAS

Yara Aun Khoury*

Centros de Documentação universitários vêm se constituindo, desde os anos 1970, reunindo e disponibilizando acervos e informações para a pesquisa, atendendo a uma demanda de maior acesso à informação e ao patrimônio documental do país. Articulados a questões em debate na Universidade e na sociedade, firmam-se como mais um espaço de preservação de memórias variadas, sobretudo de origem privada.

A emergência desses Centros, naqueles anos, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação imposto pela ditadura militar. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, não só enfrentavam carências de informação, como alargavam os horizontes da memória social. Alguns desses Centros constituíam-se, de alguma forma, em extensões de outros já existentes na sociedade e que, nesse e em outros momentos de disputas acirradas na vida política, foram sendo fechados, retirados de circulação pela Polícia Política, ou ainda guardados em lugares estratégicos para não serem apreendidos pela ação repressiva do Estado; alguns chegaram, mesmo, a ser enviados para o exterior.¹

Esses acervos tornaram-se úteis e estratégicos em vários estudos que caracterizaram os anos 1970 e 80, centrados nas lutas sindicais e partidárias, nas organizações e movimentos sociais e de trabalhadores urbanos e rurais. Disponibilizá-los para consulta representava criar canais de diálogo com trajetórias e formas de luta silenciadas naquele momento, mas que continuavam a inquietar parcelas da população e intelectuais comprometidos com questões do social, num período marcado por maior centralização do poder e severo controle político.

Nesse universo, o Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho – Cedic, como uma unidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, preserva fundos e coleções de documentos produzidos por militâncias de

leigos da Igreja católica, que se forjaram no seu interior ou articulados a ela, como uma Universidade marcada por sua postura democrática durante a ditadura militar, dos anos 1960 e 70, e por seu comprometimento com questões do social ao longo de sua história.

Entre as várias tendências sociais e políticas que se fizeram nesse espaço, os Movimentos da Ação Católica Brasileira (ACB) tiveram nela um campo privilegiado. Entre eles, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC) representaram presença expressiva nos Centros e Diretórios Acadêmicos, nas Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e na União Nacional dos Estudantes (UNE), num período em que o movimento estudantil se constituía numa significativa força política no país. Atuando em seus ambientes específicos ou articulando-se com membros da Juventude Operária Católica (JOC) e da Juventude Agrária Católica (JAC), esses movimentos desdobravam-se para além do âmbito acadêmico, escolar e paroquial, estendendo-se pelos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais e por setores das classes médias.

Seus arquivos oferecem subsídios sobre a abrangência e significados dessas jovens militâncias, que se desdobravam em movimentos de adultos, quando os membros se formavam ou ultrapassavam uma certa faixa etária. Passavam, então, a integrar as Ligas, como a Liga Operária Católica – LOC e a Liga Universitária Católica – LUC.

Uma parte significativa desses registros ficou preservada na Universidade, graças aos cuidados de alguns militantes e sacerdotes assistentes dos Movimentos, particularmente o Cônego Enzo Guzzo e Frei Romeu Dale, permanecendo “esquecida” durante vinte anos.

Nos anos 1980, professores de História, junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica, começaram a localizar e identificar esse material, na busca de criar canais de diálogo com trajetórias militantes que haviam investido na construção de relações mais democráticas, nos anos anteriores a 1964. Dando continuidade a esse trabalho, o Cedec organizou projeto destinado a reunir, dar tratamento e disponibilizar esses registros, possibilitando um diálogo aberto com essas experiências silenciadas. A intenção era de potencializar a memória de experiências vividas pela própria Universidade.²

O tratamento arquivístico dado a esses conjuntos documentais possibilitou visualizar a complexidade de experiências militantes, em suas tendências, articulações e tensões. Nessa direção, permite avaliar modos como, numa organização hierárquica complexa, sob o controle da Igreja, esses Movimentos se espalharam por várias localidades do país, assumindo configurações específicas em cada região, conforme as realidades e conjunturas vividas.

O fundo JUC, embora cubra apenas o período de 1948 a 68, é o mais volumoso, devido ao fato de boa parte dessa militância ter se desenrolado nas dependências da PUC-SP. Os

documentos expressam o intenso envolvimento político vivido pelos jucistas a partir de 1958, modos como assumem cargos de liderança na UNE, nas UEEs e na Ação Popular, como se articulam com outros Movimentos sociais e de trabalhadores.

O fundo JEC, cujos registros preservados abrangem o período de 1938 a 1974, dão visibilidade à militância dos estudantes do nível secundário, a suas articulações com o movimento universitário, constituindo-se numa presença específica na conjuntura brasileira dos anos 1960. Jucistas e jecistas tiveram papel de liderança nas lutas estudantis, durante os anos 1962 e 1963, pela reforma educacional, articulada a outras reformas de base.

Esses registros expressam dimensões significativas da construção complexa e contraditória da política estudantil, das relações entre esses Movimentos, desses com a Igreja, com os trabalhadores, com partidos políticos e com o próprio Estado; relações impregnadas de tensões e ambigüidades, geradas pelos diferentes modos como as tendências pensaram e viveram a realidade social e a militância.

O fundo JOC, recuperado no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e reunido no Cedic para tratamento arquivístico, revela essa militância atuante no Rio de Janeiro, São Paulo e no Norte e Nordeste do país. Por se tratar de um Movimento ainda existente, a documentação dos anos 1970 para cá encontra-se em sua própria sede nacional. Essa documentação revela, também, a LOC (Liga Operária Católica) transmutando-se na Ação Católica Operária (ACO) e como esta entretence uma rede de relações com outros movimentos populares, filiando-se, em 1961, ao Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos.

A memória da JAC, preservada no Cedic, cobre o período de 1942 a 1967. Ela possibilita revisitar problemáticas do campo e dimensões de práticas e articulações de trabalhadores e pequenos proprietários rurais, entre as quais, suas relações com as Ligas Camponesas. Permite, também, compreender como a presença da Igreja católica nesses meios possibilitou a expansão das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de outras organizações, cujos registros formam pequenas coleções no Centro de Documentação.³

Alguns desses Movimentos mantinham relações mais estreitas entre si, articulando-se em torno de algumas problemáticas sociais, de trabalhadores e estudantis, estendendo-se num intercâmbio internacional, particularmente com a América Latina.

Uma característica marcante dessas militâncias são as propostas de formação/educação, nos meios onde se constituem, numa perspectiva de “levar a cultura ao povo”; formavam-se até movimentos itinerantes nesse sentido. O Centro de Cultura Popular e o Centro

Popular de Cultura são expressões dessas práticas vividas em tensão entre os grupos militantes no meio estudantil, forjadas por jucistas, jecistas, socialistas e comunistas, ou com a colaboração deles. A ACO também chegou a manter um Serviço de Cultura Popular.

O Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, é um exemplo amplo de projeto educacional vivido nos anos 1960, no qual jucistas e jecistas exerceram a coordenação dos cursos. Organizado por proposta da CNBB ao Governo Federal e inspirado na experiência das escolas radiofônicas da Colômbia, esse Movimento teve o apoio das UEEs e da UNE.

O fundo MEB, disponível no Cedic, revela uma programação educativa politizada, desenvolvida em diálogo com trabalhadores, sobre questões de saúde, do trabalho, de habitação, sobre formas de produção.⁴

Esses fundos e coleções descortinam meandros das problemáticas e tensões vividas na época, modos como esses Movimentos lidam com elas, o calor das relações entre as tendências, delas com a hierarquia da Igreja, com setores da burguesia, com instâncias do governo, etc.. O MEB, sofrendo fortes pressões do Governo e da hierarquia da Igreja, desapareceu alguns anos após o golpe. Está sendo, hoje, retomado, tendo uma sede em Brasília. A JUC, JEC e JAC não tiveram melhor destino; desapareceram no pós 1964. A JOC conseguiu sobreviver na clandestinidade, apesar de sua liderança nacional ter sido presa e torturada. Parte dessa vitalidade deve-se à rede de relações que chegou a construir com a população trabalhadora, a partir de seu trabalho em paróquias de bairros populares. Reaparece, publicamente, anos depois, mas desligada da hierarquia da Igreja. Apesar de os militantes da ACO também terem sofrido perseguições durante o regime militar, o Movimento continuou a existir, enfrentando desarticulações geradas nesse processo.

Percorrendo trajetórias militantes pode-se observar esse trabalho favorecendo a criação de Comunidades Eclesiais de Base e dos Grupos Pastorais, dentro de novas posturas da Igreja católica na América Latina, alimentadas pela Teologia da Libertação, com sua opção pelos pobres.

O Cedic detém, ainda, a coleção Movimento Ação Popular (AP), da organização homônima, criada em 1962, por membros da JUC e JEC pressionados pela resistência da Igreja católica em relação aos militantes que se engajavam na política. Esse Movimento assume força aglutinando militantes de várias tendências. Alguns membros, radicalizando posições em direção a orientações da revolução chinesa, vão trabalhar em fábricas e estreitam ligações com grupos rurais, com vistas a promover a revolução no campo. Essas opções geram conflitos internos ao grupo. Entre tensões e disputas, uma tendência se retira para

formar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), em 1969; outra forma a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), em 1972. Nos anos 1972 e 75 vários dirigentes da APML são presos, mortos ou aparecem nas relações dos desaparecidos.

A documentação da AP, abrigada no Cedec, cobre o período 1965 e 1977. É formada por boletins sobre o proletariado e sobre a política, por circulares sobre eleições e reuniões, por publicações sobre o socialismo e questões ideológicas; por declaração de princípios da AP, por programas e resoluções políticas, por textos sobre organização de partidos políticos, por periódicos alternativos, abordando questões referidas à repressão, ditadura, eleições e censura, etc..

A coleção Movimentos Estudantis complementa os fundos e coleções acima referidos. Trata-se de um pequeno conjunto documental, abrangendo os anos 1968 a 93, com material, sobretudo, dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs).

Nos anos 1970 e 80, outras questões e problemáticas emergem no movimento social, enquanto algumas assumem novas configurações, fruto de novas experiências sociais, políticas e culturais vividas.

Nesses anos, a PUC-SP continua vivenciando lutas pela construção da democracia, enfrentando difíceis momentos de repressão, como em 1977, quando, ao abrigar a 29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a primeira reunião de retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE), teve o Campus Monte Alegre invadido por tropas policiais. Sempre comprometida com questões do social, participa das movimentações pela abertura política e amplia o diálogo com outros setores da sociedade, oferecendo serviços e propostas de extensão e parcerias. Ela própria dá um passo decisivo em seu processo de democratização, ao realizar eleições para a Reitoria, em 1980.

As questões de direitos humanos, que se forjam no bojo da repressão política, criam raízes e se expandem. As mobilizações em torno das lutas pelos direitos de presos e exilados políticos ou pelos direitos das famílias dos desaparecidos durante o regime militar assumem consistência.

Articulado a essas perspectivas e propostas, o Cedec recebe o Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul, conhecido como CLAMOR. Esse Comitê, criado em 1977, vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, teve como objetivo dar proteção e assistência aos refugiados da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Produziu informes gerais sobre violação de direitos humanos, cartilhas e folhetos críticos sobre a chamada “doutrina” de Segurança Nacional; manteve intercâmbio ativo com muitas organizações afins, no Brasil e na América Latina. Uma vez

extinto em 1991, seu arquivo foi doado ao Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep), que os doou ao Cedic, na expectativa de poder disponibilizá-lo de forma ampla.

O próprio percurso desse conjunto documental dá mostras do entretecer de relações na produção e preservação de dimensões significativas da memória social, com as quais alguns setores da população se sentem comprometidos e com os quais o Centro de Documentação da PUC-SP se solidariza.

Nesse caminhar, as lutas por direitos humanos se expande e diversifica e o Centro de Documentação acompanha esse processo. Nessa direção, encontra-se, também, no Cedic o fundo Grupo Solidário São Domingos (GSSD), que traz informações muito ricas sobre lutas contra as desigualdades sociais no Brasil, na América Latina e na África. Surgido informalmente em 1982, num trabalho de tradução de textos sobre a Teologia da Libertação, em expansão na América Latina, e sobre movimentos sindicais, na Europa, o Grupo passou a se organizar e se envolver mais efetivamente nessas lutas. Alguns de seus membros advêm da antiga Juventude Independente Católica (JIC) e da Liga Independente Católica Feminina (LICF), cujos acervos também se encontram no Cedic. Ampliando sua ação, o GSSD articula-se com entidades e organizações internacionais de solidariedade e com ONGs, em defesa de causas humanitárias onde quer que elas se manifestem. Durante o auge do regime de segregação racial do *apartheid*, por exemplo, divulgou, no Brasil, a situação do povo da África do Sul.

Para além de seu trabalho específico, colabora com outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a Comissão Pastoral da Terra, com a Comissão de Justiça e Paz e com outras tantas organizações envolvidas na defesa de toda sorte de opressão. No Brasil, dedica-se especialmente às problemáticas do Nordeste. Envolve-se com questões indígenas na América Latina, em especial com questões vividas pelos Chiapas, no México. Promoveu a criação do grupo Clamor por Timor, em defesa da população do Timor Leste. É, também, responsável pela realização da Agenda Latino Americana, um encontro de entidades e grupos de solidariedade, ONGs e outros, que se reúnem para discutir questões sociais no mundo todo, especialmente no continente americano.

Esse fundo abrange o período de 1980 a 2002. É formado por traduções de textos estrangeiros que se referem a questões do social, por artigos publicados em jornais e revistas, por livros e documentos variados, possibilitando um diálogo com novas formas de luta e reivindicação sociais.

O Cedic abriga, igualmente, o fundo Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe (Cehila), que se constitui num Centro de Informação no Brasil sobre a realidade e as injustiças sociais vividas pelos países da América Central. Produz

informativos e dossiês sobre as ditaduras na América Central e sobre a intervenção americana, especialmente em El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Haiti. Esse fundo abrange o período de 1970 a 1995.

Se, nos anos 1980, o perfil de acervo do Cedic privilegiava movimentos organizados vinculados à Igreja católica e que reforçavam denúncias e resistências a ditaduras militares, abre-se, hoje, para as transformações que se entretecem na vida cotidiana. Nesse sentido, constitui-se num espaço de memória de setores da população e problemáticas sociais do dia-a-dia, ainda pouco visitados pela investigação acadêmica e pelas instituições de preservação.

Novos conjuntos documentais acumulados revelam outros sujeitos firmando presença e reivindicando direitos, desnudando as tensões sociais geradas nas múltiplas dimensões da vida social, alargando o campo da prática política e modificando os termos em que ela se faz. Entre eles o Movimento dos Sem Terra (MST), o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), os Movimentos dos chamados Povos da Floresta; os Movimentos por habitação, contra a carestia, por creches; os Movimentos de saúde, de mulheres, de idosos, de aposentados formam algumas coleções no Centro.

Nessas trajetórias de lutas por direitos, passam a falar em direitos culturais reivindicando o direito à diferença entendido como o direito a legitimar os modos diversos segundo os quais grupos participam da vida social como o direito de constituir e reordenar diferenças. Esses novos sujeitos estabelecem pautas variadas de reivindicações sociais e políticas: passa-se a falar de maneira mais explícita e enfática em direito à terra, à moradia, à educação, ao trabalho, à saúde, em direitos étnicos e culturais.

Acompanhando e subsidiando as reflexões em curso na Universidade, o Cedic, ao dar tratamento específico a esses conjuntos documentais, tem a preocupação de facilitar o trabalho para novos pesquisadores e de divulgar, para um público mais amplo, a rica produção da PUC-SP, profundamente marcada pelo compromisso com questões do social. Tem a preocupação, também, de favorecer os canais de comunicação entre os próprios grupos cujos registros ele abriga.

Dialogar com esse passado representa uma oportunidade de avaliar como esses processos se forjam e se transformam, com perspectivas de construir um futuro melhor. Esse material está disponível para novos questionamentos e novas interpretações.

Recebido em fevereiro/2005; aprovado em maio/2005

Notas

* Professora do Departamento de História, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e coordenadora do Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho – Cedic da PUC-SP.

¹ Para maiores informações consultar KHOURY, Y. A., “Cedic: entre a preservação do patrimônio documental e o apoio à pesquisa e ao ensino”, em *BOLETIM DO ARQUIVO*/Divisão do Arquivo do Estado. São Paulo, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, v. 5, ns. 1 e 2, 2003, pp. 41-58.

² O projeto inicial foi realizado por professores de História, da PUC-SP, junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica, intitulado “Fontes para o estudo da atuação de leigos da Igreja Católica no Brasil, 1920-1980”, sob a coordenação da Professora Déa Ribeiro Felon e financiado pelo CNPq e Finep. Dando continuidade a este, foram organizados, sucessivamente o Projeto Igreja e Movimentos Sociais (1920-1980) e o Projeto Organização, Descrição e Microfilmagem dos Arquivos da Ação Católica Brasileira, sob a coordenação da Profa. Yara Aun Khoury, com financiamento do CNPq e da Comissão Episcopal Alemã, Adveniat. Os projetos contaram com bolsas de iniciação científica (CNPq), bolsas estágio (PUC-SP) e a orientação da Equipe Técnica do Cedic.

³ Todos esses fundos compõem-se, de um modo geral, de um conjunto rico de publicações periódicas, de correspondência enviada e recebida, de textos doutrinários e orientações da Igreja aos militantes, de estatutos arquiocesanos e regulamentos internos dos Movimentos, de listas de dioceses e de paróquias; textos de análise socioeconômica, de análise política, textos do movimento universitário; textos sobre cultura popular, sobre sindicalismo; históricos dos Movimentos, informes estatísticos, pesquisas e inquéritos, projetos de reformas sociais; textos sobre estrutura e organização desses Movimentos, textos de formação de militantes, proposições aprovadas em Congressos, cartilhas, planejamentos, programas religiosos, programas e relatórios de atividades, entre cursos, dias de estudo, encontros e eventos, visitas; avaliações de cada Movimento, programas para discussões, textos de estudo, textos sobre estratégias de ação; fotografias, folhetos, hinos, jogos cênicos, jograis, livretos de cantos, poesias, orações.

⁴ Esse fundo é formado por textos de aulas radiofônicas, por outros, que caracterizam a educação e que refletem sobre ela; por textos sobre linguagem e comunicação, por transcrições de comunicações em rádios; por cartilhas e relatórios de treinamentos, de encontros de coordenadores, de equipes locais, de professores-locutores e supervisores; por apostilas para o educando, apostilas de animação popular, por folhetos de versos populares, entre muitos outros. Uma outra parte desse acervo encontra-se no Rio de Janeiro, no Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social - Ceris.